

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.866.993 - RS (2020/0062316-7)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**RECORRENTE : GUSTAVO HENRIQUE GAGEIRO (PRESO)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por GUSTAVO HENRIQUE GAGEIRO, fundamentado na alínea *a* do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região que julgou improcedente a revisão criminal intentada com base no art. 621, I, do Código de Processo Penal.

Depreende-se dos autos que o recorrente, condenado definitivamente pela prática do crime previsto no art. 289, § 1º, do Código Penal, tendo-lhe sido cominada pena de 3 (três) anos de reclusão e multa, propôs revisão criminal, via da qual postulou a rescisão do decreto condenatório, em suma, porque, no seu entendimento, decorre de prova ilícita obtida a partir de busca e apreensão domiciliar sem prévia autorização judicial – e-STJ fls. 24-34.

A revisão criminal foi julgada improcedente, ao fundamento de que não enquadrada em nenhuma das hipóteses elencadas nos incisos do art. 621 do CPP. Acrescentou, ainda, que, em relação à tese de ilicitude das provas consideradas na condenação, a irresignação manifestadas pela parte apresenta-se insubsistente, pois o ingresso policial no imóvel onde apreendidas as cédulas falsas aconteceu mediante anuência expressa do proprietário (e-STJ fls. 55-59).

Nas razões do recurso especial, a defesa reputa contrariados os arts. 157, *caput* e § 1º, e 241 do Código de Processo Penal (e-STJ fls. 68-77).

Sustenta, em síntese, que a apreensão das cédulas falsas cuja posse foi atribuída ao recorrente se deu de forma ilícita, uma vez que precedida da invasão policial desautorizada ao domicílio de Janaína Marinho Gazola – sua companheira à época do crime.

Apresentadas as contrarrazões (e-STJ fls. 92-102), após o juízo prévio de admissibilidade (e-STJ fl. 118), os autos ascenderam ao Superior Tribunal de Justiça.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal, na condição de *custos legis*, ofertou parecer pelo não conhecimento do recurso (e-STJ fls. 133-136).

É o relatório.

O recurso não comporta conhecimento.

Acerca do tema trazido à discussão no recurso especial, assim se manifestou o Tribunal de origem (e-STJ fl. 59):

*No que tange à suposta ilegalidade na colheita da prova da materialidade por ausência de mandado judicial de busca e apreensão, verifico que nos autos do inquérito constam os depoimentos prestados pelos policiais que realizaram a prisão em flagrante do demandante (evento 01, NOT\_CRIM2).*

*Ambos afirmam que a residência na qual as cédulas falsas foram encontradas já vinha sendo monitorada por conta*

*de "denúncias anônimas" envolvendo o possível cometimento de crimes de receptação e tráfico de entorpecentes naquele local. Ao perceberem a saída de um de seus moradores pela porta da frente do imóvel, de acordo com o relato dos agentes, decidiram promover a abordagem de tal indivíduo para indagar acerca da identidade dos que remanesciam no interior do local. Na oportunidade lhes foi franqueada a entrada pelo sujeito, o qual veio a ser identificado como EVERTON JOSÉ GAZOLA, irmão da então namorada do ora requerente.*

*Ao que consta, portanto, os policiais ingressaram no imóvel a partir de anuência expressa de seu proprietário. Não há que se falar em diligência ilícita por ausência de mandado judicial, pois, como se sabe, a Constituição Federal não veda que o próprio morador possibilite que as autoridades constituídas do Estado adentrem em sua residência, especialmente quando verificada a ocorrência de flagrante ilícito no local. Alias, note-se que o próprio demandante GUSTAVO HENRIQUE não alega qualquer tese no sentido de que a ação policial se deu de forma truculenta ou ao arrepio do ordenamento jurídico.*

*A própria legitimidade para trabalhar tal argumento é questionável, pois GUSTAVO HENRIQUE não residia no local, assim com não exercia qualquer direito real sobre o local.*

Como visto, o acórdão recorrido apresenta-se fundamentado na premissa de que o ingresso dos policiais responsáveis pela apreensão das cédulas falsas na residência da companheira do recorrente, além de amparado por indícios de que ali se praticava a atividade de tráfico de drogas, aconteceu após a expressa anuência de Everton José Gazola, que também residia no imóvel.

O recorrente, por sua vez, não buscou impugnar o motivo apresentado pela instância ordinária para julgar improcedente a revisão criminal, tendo-se limitado a arguir de modo genérico a ofensa às disposições da legislação processual penal.

Desse modo, rescai evidente que a falta de impugnação específica e tempestiva do referido fundamento tornou preclusa a discussão sobre a matéria, viabilizando a estabilização do acórdão recorrido nesta parte.

No caso, inevitável admitir a incidência do óbice assinalado pela Súmula n. 283/STF, segundo a qual, "*é inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles*".

Nesse sentido:

*AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CRIME AMBIENTAL E CONTRA A ORDEM ECONÔMICA. REJEIÇÃO DA DENÚNCIA. IMPOSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO ART. 619 DO CPP. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. FUNDAMENTO INATACADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA*

# Superior Tribunal de Justiça

283/STF. ATIPICIDADE DA CONDUTA DO DELITO AMBIENTAL. NECESSIDADE DE ANÁLISE DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. VIOLAÇÃO AO ART. 41 DO CPP. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

**I - Aplica-se o óbice previsto no enunciado n. 283 da Súmula do col. Supremo Tribunal Federal na hipótese em que o recorrente deixa de impugnar especificamente fundamento que, por si só, é suficiente para manter a decisão recorrida. Precedentes.**

[...]

Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1833278/RS, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 26/11/2019, DJe 03/12/2019)

Igualmente:

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CRIME AMBIENTAL. ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA. SENTENÇA REFORMADA PELO TRIBUNAL REGIONAL. DESMATAMENTO DE 19,49 HECTARES. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. FUNDAMENTOS NÃO IMPUGNADOS. SÚMULA 283/STF.

1. A ausência de indicação do dispositivo de lei federal supostamente violado, bem como a **subsistência de fundamentos inatacados, aptos a manter a conclusão do acórdão impugnado, conduzem ao reconhecimento da incidência das Súmulas 283 e 284/STF. Inúmeros precedentes.**

2. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AgRg no AREsp 1586677/PA, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 03/03/2020, DJe 12/03/2020)

Ainda que assim não fosse, cumpre admitir que a revisão do julgado recorrido demandaria, necessariamente, o revolvimento de questões fático-probatórias, o que, no âmbito do recurso especial, constitui medida vedada pelo óbice da Súmula n. 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não se conhece** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro JORGE MUSSI  
Relator